



À PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RECURSO ADMINISTRATIVO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2018 – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 076/2018

NILSON MOREIRA CARDOSO - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.121.657/0001-00, situada em Patos de Minas/MG, na Avenida Arlindo Porto nº 44, bairro Cristo Redentor, CEP: 38.700-222 vem, com o devido respeito à presença de Vossas Senhorias, via de seu procurador, com escritório profissional nesta cidade, na Rua Pará nº 564, Bairro Cônego Getúlio, CEP: 38.700-202, PABX: (34) 3814-0480, propor a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2018** à esta douta Comissão de Licitações, o que faz nos seguintes termos:

Inicialmente, convém ressaltar que o Município já possui compromisso firmado com a empresa ora Impugnante até a data de **28/12/2018**, porquanto se encontra plenamente vigente a ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 139/2017, referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2017, onde a empresa Impugnante, por meio da CLÁUSULA TERCEIRA, se obriga a fornecer gases medicinais com entrega parcelada por 12 (doze) meses.

Referida cláusula não pode ser desconsiderada por esta Comissão de Licitações, uma vez, ao assumir o compromisso com o Município, a empresa Impugnante realizou uma série de investimentos para suprir as necessidades do ente municipal, ou seja, existe uma **expectativa de direito** que não pode ser ignorada por esta douta Comissão e frustrada pelo Município, até mesmo porque referida cláusula não possui ressalva de **rescisão antecipada**.

Este é o primeiro ponto que deve levar à imediata suspensão do presente processo licitatório em curso, o que fica desde já requerido.



Por outro lado, consta no preâmbulo do EDITAL referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 021/2018 – PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 076/2018 que, em cumprimento ao artigo 48, inciso III da Lei Complementar n° 123/2016, ficará estabelecido neste certame cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto da contratação para microempresas e empresas de pequeno porte, sendo que o item 48.506 do edital será destinado exclusivamente às ME/EPP e equiparadas.

Ocorre que, ao analisar o item 48.506 do edital, verifica-se que apenas 10% (dez por cento) do total do objeto licitado foi destinado às ME's ou EPP's, portanto, não resguarda os interesses da microempresa, conforme estabelecem os artigos 47 e 48 da Lei Complementar n° 147/2014, que veio a alterar a Lei Complementar n° 123/2006, senão vejamos:

"Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal." (NR)

"Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;



III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Com isso, o artigo 48, Incisos I e III, a partir de então, o que era uma faculdade, passou a ser uma **OBRIGAÇÃO**, ou seja, a Administração Pública, em suas esferas municipal, estadual e federal, **DEVERÁ** realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), bem como **DEVERÁ** estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Assim, o dispositivo contido no inciso III do mencionado artigo 48, objetiva reservar uma parte do objeto licitado (*aquisição de bens*) às MEs e EPPs, evitando que as empresas de médio e grande porte disputem.

Em termos simplificados, o Inciso III do artigo 48 pretende que se reserve 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade total do objeto para MEs e EPPs, assim denominada cota reservada. A outra parcela do objeto é denominada de cota principal.

Como exemplo, podemos dispor que a Administração Pública, desejando adquirir 100 (cem) mesas, deverá reservar 25 (vinte e cinco) unidades para as MEs e EPPs. As 75 (setenta e cinco) unidades restantes poderão ser disputadas pelas empresas de médio e grande porte. Portanto, as 25 (vinte e cinco) mesas reservadas serão disputas exclusivamente pelas ME's e EPP's.

O que se percebe, portanto, é que o presente edital, ao destinar quase todo o objeto da licitação (90%) à ampla concorrência, ferre frontalmente as garantias concedidas às microempresas, advinda da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, em especial o disposto no inciso III do artigo 48, que dispõe a OBRIGATORIEDADE da Administração Pública em destinar, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Assim, o edital ora impugnado, da forma como está elaborado, acaba por alijar as possibilidades previstas em tais dispositivos legais, que visa, primordialmente, a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.



Ainda, convém ressaltar que, no presente caso não há que se aplicar imediatamente a exceção prevista no artigo 49, inciso II da Lei Complementar nº 123/2006, porquanto, é de conhecimento público e notório a existência de outros fornecedores, enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, sediados regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, tal como a empresa ora impugnante.

Ainda, existem outros dois pontos que, igualmente, devem levar à imediata suspensão do processo licitatório, senão vejamos:

O item 1.8, às fl. 21 do edital, dispõe que como obrigação do contratado instalar todos os equipamentos concentradores de oxigênio para todos os pacientes apontados pelo município em até 30 dias após assinatura do contrato. Ocorre que referido prazo é completamente inexequível.

Convém ressaltar que, atualmente, conforme relação anexa, a empresa impugnante atende 144 (cento e quarenta e quatro) pacientes do Município.

Assim, o prazo de 30 (trinta) dias não confere ao eventual contratado tempo hábil para que realize a instalação dos equipamentos, até mesmo porque, repita-se, encontra em plena vigência a contratação realizada entre o Município e a empresa impugnante, quando da lavratura da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 139/2017, referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2017, onde a empresa impugnante, por meio da CLÁUSULA TERCEIRA, se obrigou a fornecer gases medicinais com entrega parcelada por 12 (doze) meses, ou seja, até 28/12/2018.

Lado outro, o item 1.11, também às fl. 21 do edital, consta que o contratado se obriga a fornecer/substituir aparelho com defeito em no máximo 24 horas após ser comunicado.

Ocorre que tal substituição deve ocorrer de forma IMEDIATA, tendo em vista a necessidade vital do paciente a ser atendido.

Neste aspecto, não se pode esperar até 24 (vinte e quatro) horas para a substituição do aparelho, pois estamos falando de OXIGÊNIO, vital para a sobrevivência humana.

Com efeito, a espera de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização de substituição do aparelho de oxigênio, pode custar a vida do paciente, hipótese em que o Município poderá responder judicialmente pela responsabilidade civil e criminal decorrentes de tal negligência.



Assim, o item 1.11, às fl. 21 do edital, deve ser revisto, para constar que "o contratado se obriga a fornecer/substituir aparelho com defeito IMEDIATAMENTE após ser comunicado".

Por todo o exposto, requer seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada PROCEDENTE em todos os seus termos para, primeiramente, determinar a imediata suspensão do presente processo licitatório em curso, tendo em vista a existência da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 139/2017, referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2017, em que as partes pactuaram que empresa Impugnante, por meio da CLÁUSULA TERCEIRA, se obriga a fornecer gases medicinais com entrega parcelada por 12 (doze) meses, ou seja, até 28/12/2018.

Igualmente, em relação aos demais tópicos impugnados, requer e espera pelo seu acatamento, devendo esta douta Comissão pronunciar-se a respeito de cada um deles.

Convencida da sensibilidade e notório saber dos Ilustres Membros da Comissão Permanente de Licitação, e da DD. Autoridade que detém o poder de julgamento do presente, roga-se pelo acatamento do presente recurso.

Acolhendo as presentes razões de recurso, estará esta Douta Comissão e a DD. Autoridade competente praticando ato da mais lúdima JUSTIÇA e do mais correto DIREITO.

Requer ainda seja apresentada resposta do presente recurso no prazo legal, e que se comunique imediatamente a empresa Impugnante pelos meios hábeis dessa decisão, via e-mail: patosoxigenio@hotmail.com.

Pede Deferimento.

Patos de Minas/MG, 09 de maio de 2018.


NILSON MOREIRA CARDOSO - ME
CNPJ: 17.121.657/0001-00